

PARECER JURÍDICO

Processo administrativo n° 001/2018

Inexigibilidade de Licitação n° 001/2018 – Contratação de Assessoria Jurídica

Assunto: Contratação de Assessoria Jurídica – Prestação de Serviços de Consultoria Técnica

O Presidente da Câmara Municipal de Ponta de Pedras solicita deste profissional parecer acerca da contratação de advogado para prestar Consultoria/Assessoria Jurídica para aquele Poder Municipal, inicialmente, que tal contratação decorre, necessariamente, de processo inexigibilidade de licitação.

Primeiramente, os serviços jurídicos estão insertos no rol de serviços técnicos especializados encontrados no art. 13 da Lei nº 8.666/1993:

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

I - estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;

II - pareceres, perícias e avaliações em geral;

~~III - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras;~~

III - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias; ([Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994](#))

IV - fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;

V - patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

VII - restauração de obras de arte e bens de valor histórico.

Ante tais alegações, os Tribunais pátrios já entenderam, de maneira uníssona, acerca da possibilidade de contratação de Advogado através de inexigibilidade de licitação:

PROCESSUAL CIVIL. MATÉRIA RELATIVA A FATOS E PROVAS. CONCLUSÕES DOTRIBUNAL DE ORIGEM. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ.

1. Em verdade, a contratação sem licitação, por inexigibilidade, deve estar vinculada à notória especialização do prestador de serviço, de forma a evidenciar que o seu trabalho é o mais adequado para a satisfação do objeto contratado e que é inviável a competição entre outros profissionais.

2. Nesse contexto, inafastável subsiste o Enunciado n. 7 da Súmula desta Corte.

3. Agravo regimental não provido.

(STJ, T2 - Segunda Turma, AREsp 20.469/GO, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. 06/09/2011, p. DJe 14/09/2011)

Portanto, além da especialização do advogado, deve-se levar em consideração, da mesma forma, o requisito subjetivo de confiança da Administração em quem se deseja contratar, posto, também, ser elemento fundamental.

O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM/PA) editou através do Prejulgado de Tese nº 11/2014, consubstanciado na Resolução nº 11.495/2014, onde foi restaram consagrados os critérios da singularidade, especialidade e confiança para aferição da contratação.

A lógica é de que o processo licitatório visa a contratação do objeto através de uma seleção baseada em princípios objetivos – menor preço, melhor técnica, melhor técnica e preço – e, desta forma, não há uma forma objetiva de mensurar a fidúcia que o Contratante deve ter no Contratado no caso como da contratação de um escritório jurídico ou de um Advogado.

Sendo, assim, a fidúcia mensurada de maneira subjetiva, obviamente que a modalidade direta de contratação é a mais adequada,

sempre, no entanto, baseando-se no tripé que inclui, também, a singularidade e a especialidade.

Portanto, ante o exposto, entende-se por possível a contratação de Assessoria Jurídica ou Advogado através do procedimento de inexigibilidade de licitação, nos termos da lei e jurisprudência colacionados anteriormente.

É o parecer, S.M.J.

Belém-PA, 04 de janeiro de 2018.

Renato Cesar Sasaki Matos

Advogado
OAB-21444